

Partido dos Trabalhadores no Rio Grande do Sul: avanços em eleições municipais (1996-2012)

Paulo Sérgio Peres¹
Vinicius de Lara Ribas²

O trabalho analisa a distribuição espacial dos resultados das eleições municipais no Rio Grande do Sul (prefeitos e legisladores), sob uma perspectiva comparada, entre 1996 a 2012, levando em conta o avanço eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) aos municípios interioranos do estado. O Rio Grande do Sul possui 497 cidades, em sua maioria (53%) com Executivos controlados pelo PP e PMDB. Desde 1996, entretanto, o PT é o único partido que a cada pleito conquista um número maior de prefeituras, enquanto que os demais sofrem um decréscimo. Neste trabalho, com dados disponibilizados pelo TSE e IBGE, mapeamos nas sete macrorregiões do estado as características socioeconômicas dos municípios nos quais o PT cresceu eleitoralmente ao nível municipal, observando os padrões de competição político-eleitoral que institucionalizou-se ao longo da primeira década dos anos 2000. Como resultados principais, observamos a interiorização do PT de forma uniforme pelo estado, e não concentrada próxima a capital do estado, padrão que perdurou até 2000, bem como uma singularidade própria das disputas locais, não seguindo a lógica das disputas nacionais e estaduais.

Palavras-chave: Partido dos Trabalhadores; Eleições Municipais; Sistema Partidário.

Introdução

Desde que Sartori (1982) considerou o sistema partidário brasileiro “em permanente estado de fluxo”, este se refez e se consolidou como um sistema multipartidário nas eleições legislativas e polarizado para a disputa do Executivo nacional (MELO, 2007). Findado o processo de transição política, o atual sistema partidário se mostra estável nas competições eleitorais e com uma relação Executivo-Legislativo semelhante ao sistema parlamentarista (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

Com extensa literatura especializada, que analisa diferentes variáveis dos partidos e eleições no Brasil, há ainda a negligência quanto aos estudos do sistema partidário no âmbito dos municípios e de política local (KERBAUY, 2009), mas

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/Brasil). Email: peres.ps@gmail.com.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/Brasil). Email: viniciusdelararibas@gmail.com.

observa-se, no entanto, que o funcionamento dos sistemas partidários municipais não é semelhante às suas referências estadual e nacional.

A proposta desta reflexão é apontar para uma agenda de pesquisa a cerca das eleições e sistema partidário nos municípios brasileiros, estudando os municípios do estado do Rio Grande do Sul e o avanço eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1996. Para tal, comparamos as eleições municipais de 1996 a 2012 e os partidos que nelas mais se destacam: Partido Progressista (PP), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e PT.

O texto está dividido em três partes: na primeira, fazemos uma breve revisão da literatura sobre o sistema partidário gaúcho, com suas semelhanças e particularidades frente ao sistema partidário nacional. Em seguida, apresentamos os dados e a comparação entre as eleições e os partidos ao longo do período estudado. A terceira parte é dedicada as considerações finais e observações sobre o avanço eleitoral do PT, ao mesmo tempo em que PP e PMDB possuem uma condição estável nos executivos municipais do Rio Grande do Sul.

1 – Sistema partidário no Rio Grande do Sul

O sistema partidário gaúcho é considerado, na literatura, um caso atípico perante o padrão brasileiro, assemelhando-se mais a um “padrão platino de polarização política”, parecido ao início das disputas políticas no Uruguai e Argentina no século XIX. No Rio Grande do Sul, dois grupos se enfrentavam – hora nas urnas, hora pelas balas – pelo poder local, gerando com isto uma polarização política que duraria muito tempo (TRINDADE; NOLL, 1991).

Os estudos sistemáticos sobre este sistema partidário iniciaram-se com Leônidas Xausa na UFRGS, analisando as eleições dos anos 1960 e recuperando dados eleitorais desde o Império. Prosseguiu com este trabalho Hégio Trindade, o qual ele denominou de “arquivologia política”, na medida em que recuperava dados de eleições transcorridas desde o Império até os dias presentes, construindo, com estes dados, análises clássicas sobre eleições no estado.

Durante o primeiro período democrático, iniciado em 1945, com o fim do Estado Novo, houve a inauguração dos partidos políticos modernos no Brasil – que buscavam o apoio eleitoral das massas – e três grandes partidos surgiram: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), essencialmente urbano e operário, criado por Vargas como um anteparo ao avanço do Partido Comunista; Partido Social Democrático, que reunia os interventores estado-novistas e proprietários rurais, também inspirado por Vargas, partido que ocupou o centro do sistema partidário durante todo o seu período (SANTOS, 2007; HIPPOLITO, 1985); e, por fim, a União Democrática Nacional (UDN), reunindo a oposição ao getulismo (SOUZA, 1976).

Mesmo contando com eleições periódicas até o fim do período, interrompido com o golpe de 1964, a literatura salienta que esta “democracia populista” não reunia os pilares básicos de uma moderna democracia de massas, pois existiram fatores como: instabilidade endêmica, com soluções autoritárias para as crises que surgiam (SOUZA, 1985), e até mesmo a presença de líderes populistas, que impediam a real mobilização das massas (WEFFORT, 1978; IANNI, 1975).

Para o período, Trindade e Noll (1991) observaram que a competição político-partidária no estado do Rio Grande do Sul aconteceu de forma polarizada, entre os petebistas e anti-petebistas. Ou seja, o PTB controlava grande parte dos municípios e outros partidos, menores, estavam distribuídos pelo resto do estado. Com isto, prossegue no estado o antigo padrão polarizado. Nas palavras dos autores:

A confrontação PTB/anti-PTB no pós-45, fugindo ao padrão brasileiro dominante, em grande medida, é a reprodução no interior do sistema multipartidário da polarização preexistente, cuja origem histórica configurou-se no estatuário da Revolução dos Farrapos, definindo o processo de estruturação das opções políticas regionais. Esse padrão torna mais consistente no Império a competição entre conservadores e liberais e explica, também, na República Velha, o estilo radicalizado do confronto entre conservadores-liberais (federalistas e libertadores) e conservadores-autoritários (republicanos positivistas). (TRINDADE; NOLL, 1991, p. 68)

É importante ressaltar que, enquanto no resto do país a competição político-partidária se dava de forma plural ou tripartidária, principalmente entre PTB, PSD e UDN. As exceções disto foram São Paulo, que tinha forte influência do PSP, e Pernambuco, que contava com a presença do PSB. No Rio Grande do Sul as forças aglutinaram-se de forma polarizada: trabalhistas e o PTB de um lado *versus* anti-trabalhistas, em diversas agremiações partidárias, de outro.

Trindade e Noll argumentam que “a polarização constatada ao nível dos dados globais do estado na votação para Assembleia Legislativa foi também constatada, através da análise das coligações locais, nas eleições municipais majoritárias municipais de 1951 a 1963” (TRINDADE; NOLL; 1991, p. 72). A polarização, delimitada entre duas formas de se organizar, respaldava preferências estáveis dos eleitores.

Após o golpe militar, em 1964, diversas medidas autoritárias foram tomadas. Dentre elas, a extinção dos partidos políticos, em 1965. Tal medida foi aceita pelos partidos que apoiavam o novo regime, havendo também um desmantelando dos partidos resistentes ao golpe. Mainwaring, Meneguello e Power explicam a relação dos partidos, que tinham em torno de dezenove anos, com o golpe e a extinção dos mesmos:

O regime militar teve ampla aceitação pelos partidos conservadores, tanto que o primeiro presidente militar, general Humberto Castelo Branco, teve pouco dificuldade em garantir as adesões de muitos políticos no governo. Nos seus primeiros dois anos no cargo, governou com o apoio de uma facção majoritária no Congresso, o Bloco Parlamentar da Revolução, ainda baseado nos velhos partidos de 1945-1964. Foi em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº. 2 (AI-2) que extinguiu todos os partidos e, em seguida, com o Ato Complementar nº. 4, que estabeleceu o sistema bipartidário, tendo início uma clivagem que iria caracterizar a política brasileira durante uma geração: autoritários versus conservadores. (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 24).

Era o fim de um sistema de partidos “razoavelmente institucionalizado” (MAINWARING, 2001, p. 109), mas que caminhava, lentamente para sua institucionalização, tento em vista que, a cada eleição, aumentava o grau de identificação partidária entre os eleitores (LAVAREDA, 1991). Deste modo, a inauguração da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) se deu de forma artificial, o que levou o governo autoritário a criar casuísmos eleitorais, como as “sublegendas” nos partidos, inaugurada em novembro de 1965. Como exemplifica Jairo Nicolau, “caso utiliza-se a sublegenda, um partido poderia apresentar até três nomes para a disputa do mesmo cargo, o que significa dizer que em uma eleição para prefeito, por exemplo, poderiam concorrer até seis nomes, três da Arena e três do MDB” (NICOLAU, 2012, p. 108).

Durante este período bipartidário, que durou até 1979, a competição eleitoral gaúcha acomoda-se com menos artificialidade que nos outros estados, pois este já tinha o padrão de competição polarizado, como mencionamos anteriormente. As mudanças se deram, principalmente, no lado trabalhista, que perdeu os municípios de fronteira

(considerados Área de Segurança Nacional e que passaram a ter prefeitos nomeados), onde estava concentrada grande parte de sua força. Por outro lado (anti-PTB), “os partidos conservadores-liberais em declínio buscaram na ARENA um novo alento. A totalidade das lideranças do PSD, UDN, PL e, inclusive, dos partidos da ‘terceira força’ (PRP e PDC), aderem ao novo partido governamental.” (NOLL; TRINDADE, 2004, p. 96).

Em 1979, acontece a “Reforma Partidária”, considerada um “divisor de águas” no processo de transição³, tendo em vista que ela gerou um gradual relaxamento da repressão aos partidos e líderes políticos (em relação aos períodos Geisel e Médici), ao mesmo tempo em que buscava fragmentar a oposição e consolidar o partido governista como o vencedor em pleitos futuros. Como escreveu Mainwaring, o fim do bipartidarismo era uma antiga reivindicação da oposição, entretanto, o governo utilizou-se desta reivindicação para enfraquecê-la. O partido do governo permaneceu uno, enquanto que a oposição fragmentou-se em cinco partidos distintos (MAINWARING, 2001, p. 322).

Surgem por intermédio da Reforma os primeiros partidos da democracia contemporânea, sendo eles: PMDB, PDS (atual Partido Progressista), Partido Popular (PP, extinto logo depois em fusão com o PMDB), PT, PTB e PDT (KINZO, 1980; LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986; FLEISCHER, 2007). Estes partidos nada tinham a ver com o período democrático anterior, cujo protagonismo era exercido por PTB, PDS, UDN.

A maioria das novas forças partidárias se constitui no modelo de “partido interno”, ou seja, dentro do parlamento, considerando à tipologia de Duverger (1980). A

³O'Donnell defini as transições políticas na América Latina em cinco passos: o primeiro é quando o ditador sinaliza a liberalização do regime e isto tem crédito na sociedade. Depois, dá-se início a um governo civil. Em seguida, ocorrem as “eleições fundadoras”, ou seja, primeira eleição direta para Presidente da República. O passo quatro constitui-se na eleição de um presidente de oposição ao regime e, por fim, a transição completa-se com a eleição de um partido de esquerda para presidir a República(O'DONNELL, 1986). Marengo, ao utilizar a proposta de O'Donnell para comparar as transições latino-americanas, conclui que a do Brasil foi a mais longa em comparação com Argentina, Chile e Uruguai, pois esta durou 28 anos. Ela se iniciou em 1974, após a derrocada do “Milagre Econômico” e, por consequência, fim do apoio da classe média ao governo militar, quando Geisel iniciou uma “distensão lenta” e concluiu-se em 2002, com a eleição de um partido de esquerda à Presidência da República, na figura de Lula, sem trauma para a democracia (MARENCO, 2007).

exceção disso foi o Partido dos Trabalhadores (PT), que surge externo ao parlamento⁴, sendo o primeiro partido de massas no Brasil e, de acordo com Meneguello (1988, p. 21) uma “novidade na política brasileira”.

De acordo com Mainwaring, três fatores contribuíram para que a competição político-partidária que vigorou antes do golpe militar não ressurgisse no momento da transição, sendo eles: (1) o governo militar manteve certa competição – ainda que controlada – entre dois partidos, o que ajudou a desfazer a identidade dos partidos anteriores ao golpe; (2) os partidos existentes na experiência democrática não possuíam raízes sólidas na sociedade e suas ligações com as elites políticas eram frágeis – o que nos leva a pensar que o sistema partidário anterior também era pouco institucionalizado – facilitando seu esquecimento; e, por fim, (3) a longevidade da ditadura colaborou com a extinção dos partidos anteriores ao golpe, uma vez que, em 1982, mais de 60% dos eleitores eram “novos eleitores” e nunca tinham votado nos partidos do período democrático (MAINWARING, 2001, p. 240).

No Rio Grande do Sul, com a reforma partidária, o PDT, herdeiro em parte da tradição trabalhista do antigo PTB, recupera parte da força que o trabalhismo tinha antes de 1965, dividindo-a com o PMDB. O ressurgimento do próprio PTB, com facções clientelistas e o apoio do governo militar, fez com que este obtivesse também um número pequeno de prefeituras.

O PDS (ex-ARENA) exercia a força contrária, ou seja, o estado continua polarizado, já que o outro partido nacional, PT, tinha pouquíssima expressão no interior do RS no início dos anos 80. O PT ganhou, neste período e nos anos 90, a prefeitura de grandes cidades do estado, como Caxias do Sul, e exerceu o período de “hegemonia petista” na capital do RS, Porto Alegre.

Neste período, onde o PDT disputou espaço com o PMDB, caracterizou-se por uma disputa tripartidária: PDS, antiga ARENA, versus PMDB e PDT disputando outros municípios. Para Noll e Trindade (1991, p. 74), “o novo padrão eleitoral reproduz essencialmente o antigo. [...] de um lado, o MDB, PMDB e PDT ocupando os bastiões

⁴ A fundação do PT ocorreu em 1980 e reuniu, principalmente, os sindicalistas, intelectuais, organizações de esquerda, movimentos populares urbanos e alguns políticos (MENEGUELLO, 1988, p. 58-63)

eleitorais dos partidos populistas em ascensão; e, do outro lado, a ARENA, PDS e PFL, dos partidos conservadores-liberais em declínio”.

Durante o período militar, nem todos os municípios elegiam seus prefeitos. Estavam excluídos do direito de formar o executivo municipal as cidades consideradas área de segurança nacional, como a fronteira e onde havia poços petrolíferos, e capitais dos estados. Apenas em 1982, portanto, já com os cinco novos partidos, ocorreram eleições municipais gerais – marcadas para 1980, mas adiadas – no feriado do XV de novembro, a fim de formar os executivos e legislativos em todos os municípios brasileiros (NICOLAU, 2012, p. 111-13)

Meneguello aponta, já em 1982, um predomínio dos partidos de direita e crescimento dos partidos de esquerda nas prefeituras municipais em todo o país, padrões que, em parte, se confirmam no RS. Porém, no tocante ao crescimento dos partidos de esquerda, não em 82, mas sim nos anos 90 – com a análise dos resultados gaúchos. A preferência pela direita se estabeleceu ao longo do regime militar, fragmentando-se com a reforma partidária (MENEGUELLO, 2007, p. 373).

No RS em âmbito municipal, têm-se no início da Nova República quatro forças principais em disputa: PDS e PMDB e, como salientou os autores, PDT e PTB disputando o espaço peemedebista. A proposta, aqui, é analisar os resultados eleitorais de eleições municipais no estado, por meio de cartomática, a fim de perceber as regiões nos quais os partidos conseguem eleger seus prefeitos e onde estes têm dificuldades em conquistar sucesso eleitoral em Executivos municipais.

2 – Eleições municipais no Rio Grande do Sul

O século XXI representou, nas eleições municipais do sistema partidário gaúcho um aumento da fragmentação dos partidos detentores de prefeituras. Como podemos observar na Tabela 1, a frequência de prefeituras com partidos pequenos no parlamento cresceu de forma considerável:

TABELA 1

Eleições municipais majoritárias no Rio Grande do Sul (2000-2012)

2000	2004	2008	2012
------	------	------	------

PP	174	134	148	134
PMDB	139	137	144	133
PDT	78	97	65	70
PT	35	43	64	72
PTB	31	31	32	28
PSDB	15	17	19	21
DEM (ex -				
PFL)	15	18	13	9
PSB	7	9	12	18
PPS	0	5	4	5
PHS	0	2	1	1
PSD				3
PPL				1
PV	0	0	0	1
PSC	0	0	0	1
PL	3	3	0	
Total	497	496	502	497

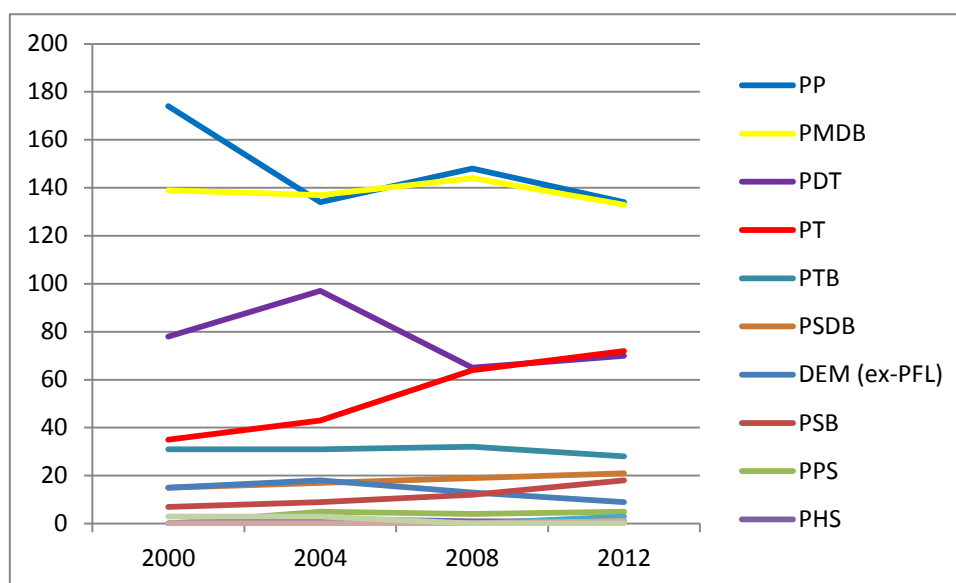
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Enquanto que no final dos anos 90, as prefeituras concentravam-se oito partidos, o resultado de em um sistema fragmentado, a partir de 2004, o número de partidos com prefeituras dobrou, sem, no entanto, alterar a frequência dos grandes partidos, como observa-se no Gráfico 1:

GRÁFICO 1

Prefeituras e partidos no Rio Grande do Sul (2000-2012)

Fonte: construção própria com dados do TSE.



O cenário altera-se em um único ponto: a disputa pelo segundo e terceiro maior número de prefeituras ao longo do período. Nos anos 80, como observamos na revisão da literatura, o PDT e o PTB conquistaram certo espaço anteriormente do MDB, sendo o primeiro em maior grau e o segundo com um número bem reduzido. Ao longo das disputas, o PTB diminuiu de forma considerável, enquanto que o PDT estabiliza-se com em torno de 15% dos executivos municipais.

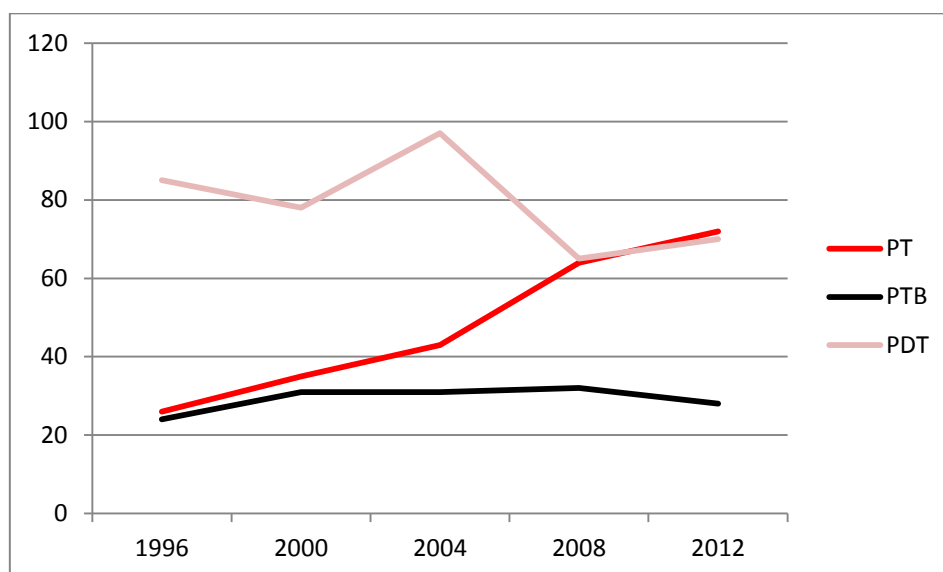
A derrocada do PTB pode ser entendida por conta da ascensão de outro partido: o PT. Esta conquista no início dos anos 1990 a prefeitura da capital, Porto Alegre, onde, por meio de uma gestão que inaugurava certos dispositivos de democracia representativa, como o Orçamento Participativo (OP) e a popularização dos conselhos municipais, promove um período conhecido como “hegemonia petista” na capital, conquistando também municípios próximos a ela.

Com a prefeitura de Porto Alegre, o PT conquista também o governo do estado, passando a ampliar suas políticas, como o OP, para todo o Rio Grande do Sul. A partir disso, o número de prefeituras gaúchas cresce, e o partido consegue ultrapassar, nos anos 1990, o PTB e, mais recentemente, o PDT, conforme nos indica o Gráfico 2:

GRÁFICO 2

Evolução petista em Executivos municipais (1996-2012)

Fonte: construção própria com dados do TSE.



Com os dados apresentados no Gráfico 2, cabe salientar o crescimento eleitoral do PT, com em torno de 15% do total de Executivos municipais. O PDT mantém a sucessão de uma mesma quantidade de resultados positivos. O padrão petista é o aumento, em cada eleição, dos resultados eleitorais positivos em cidades do interior.

De acordo com os dados apresentados até o momento, percebe-se que as eleições de 2012, se comparadas a de 2004 e 2008, apresentou um patamar muito mais diversificado de partidos assumindo prefeituras gaúchas. Neste escopo, há inclusive partido recém-criado, como o PDS, e partidos pequenos no parlamento, como PV, PPL e PHS.

As disputas principais se dão pelo primeiro lugar e pelo terceiro lugar em número de prefeituras: PP e PMDB disputam a liderança, ambos com mais de 130 prefeituras, enquanto que PT e PDT disputam o terceiro lugar, com mais ou menos 70 prefeituras cada.

A seguir, apresentamos os resultados eleitorais das eleições para as prefeituras de 2000, 2004, 2008 e 2012, junto aos quatro maiores partidos e, no caso de 2000, com a inclusão do PTB, tendo em vista este possuir certa relevância no momento.

IMAGEM 1
Partidos em prefeituras no Rio Grande do Sul - Eleições 2000

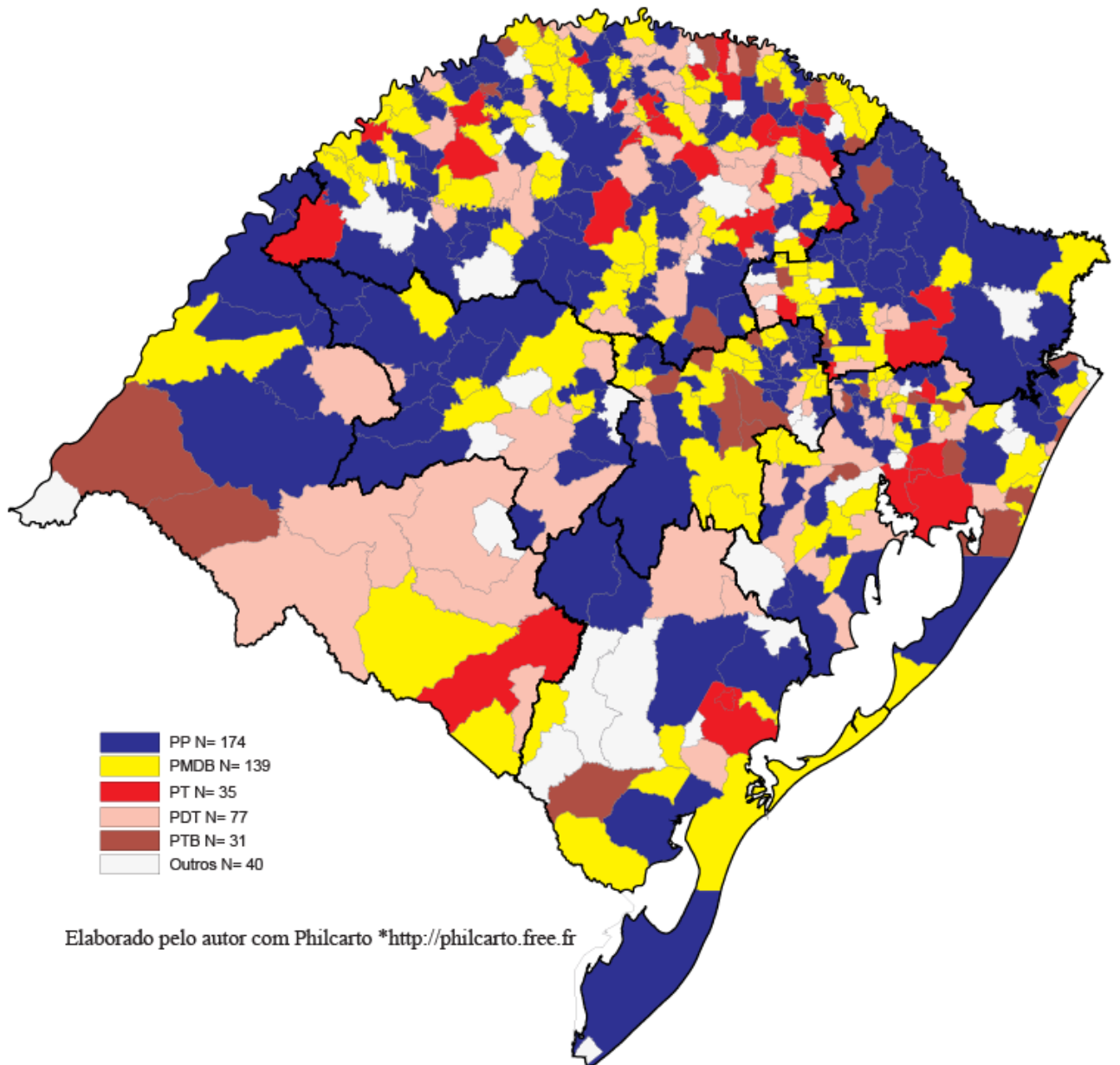


IMAGEM 2
Partidos em prefeituras no Rio Grande do Sul - Eleições 2004

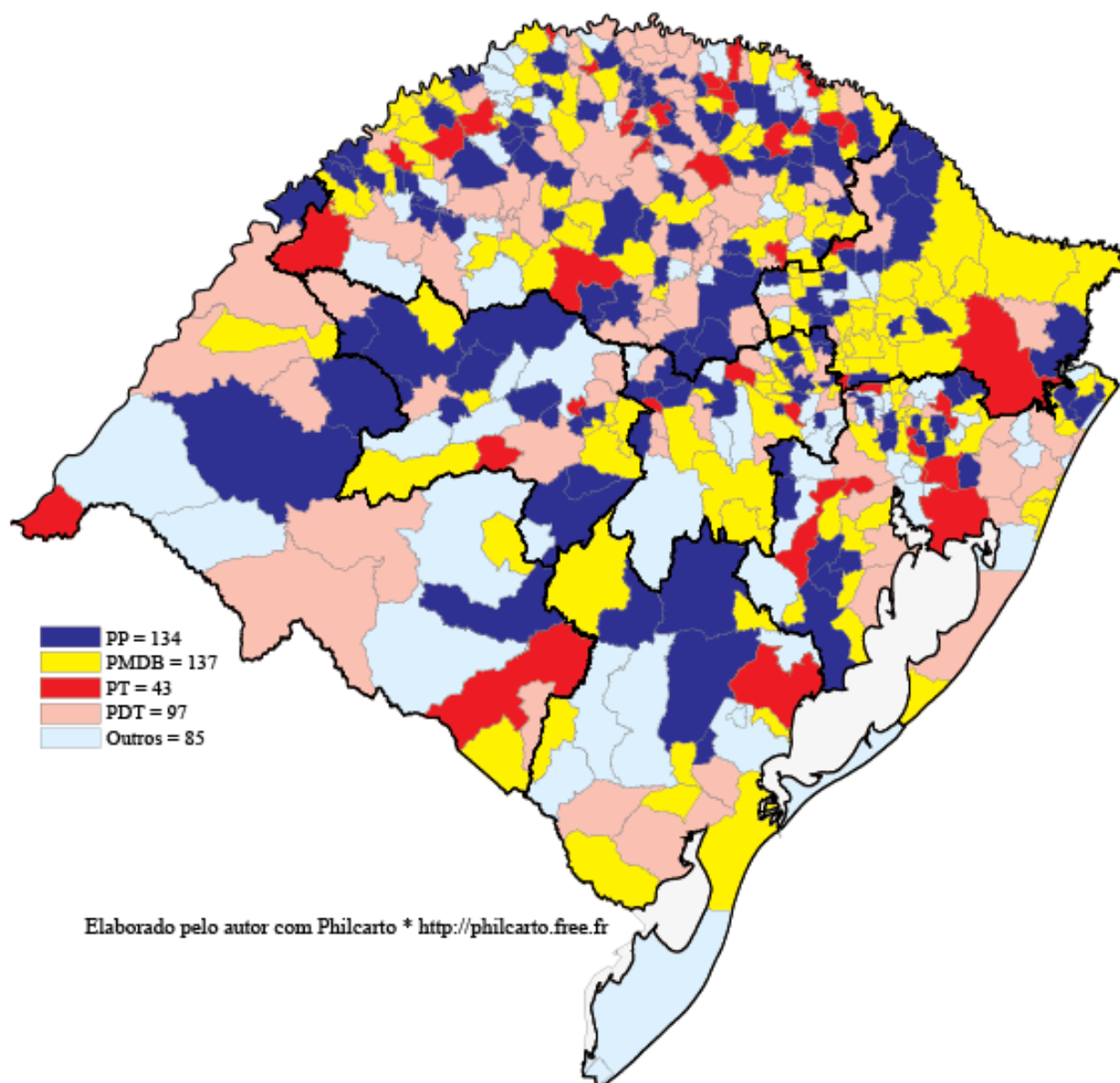


IMAGEM 3
Partidos em prefeituras no Rio Grande do Sul - Eleições 2008

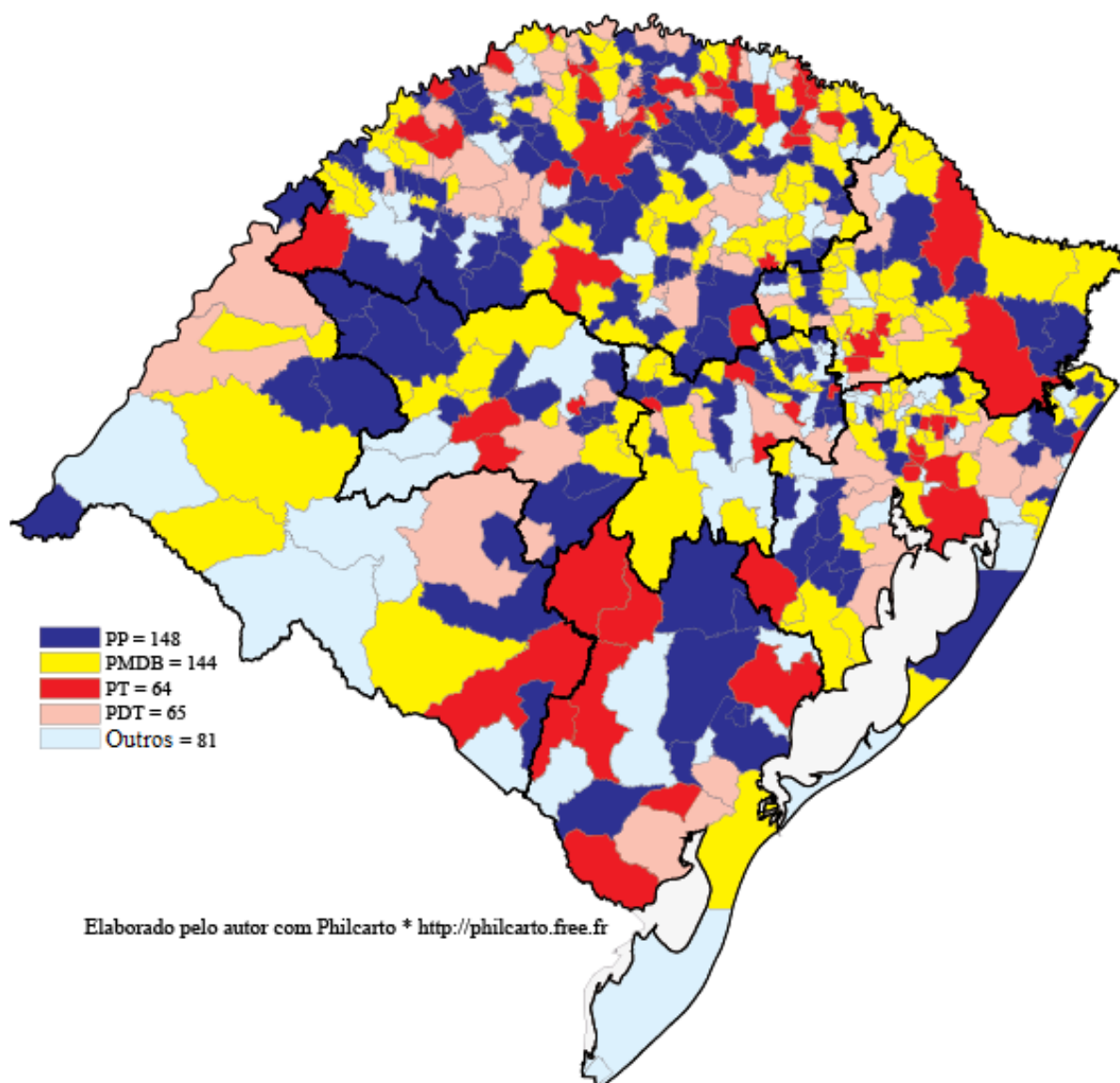
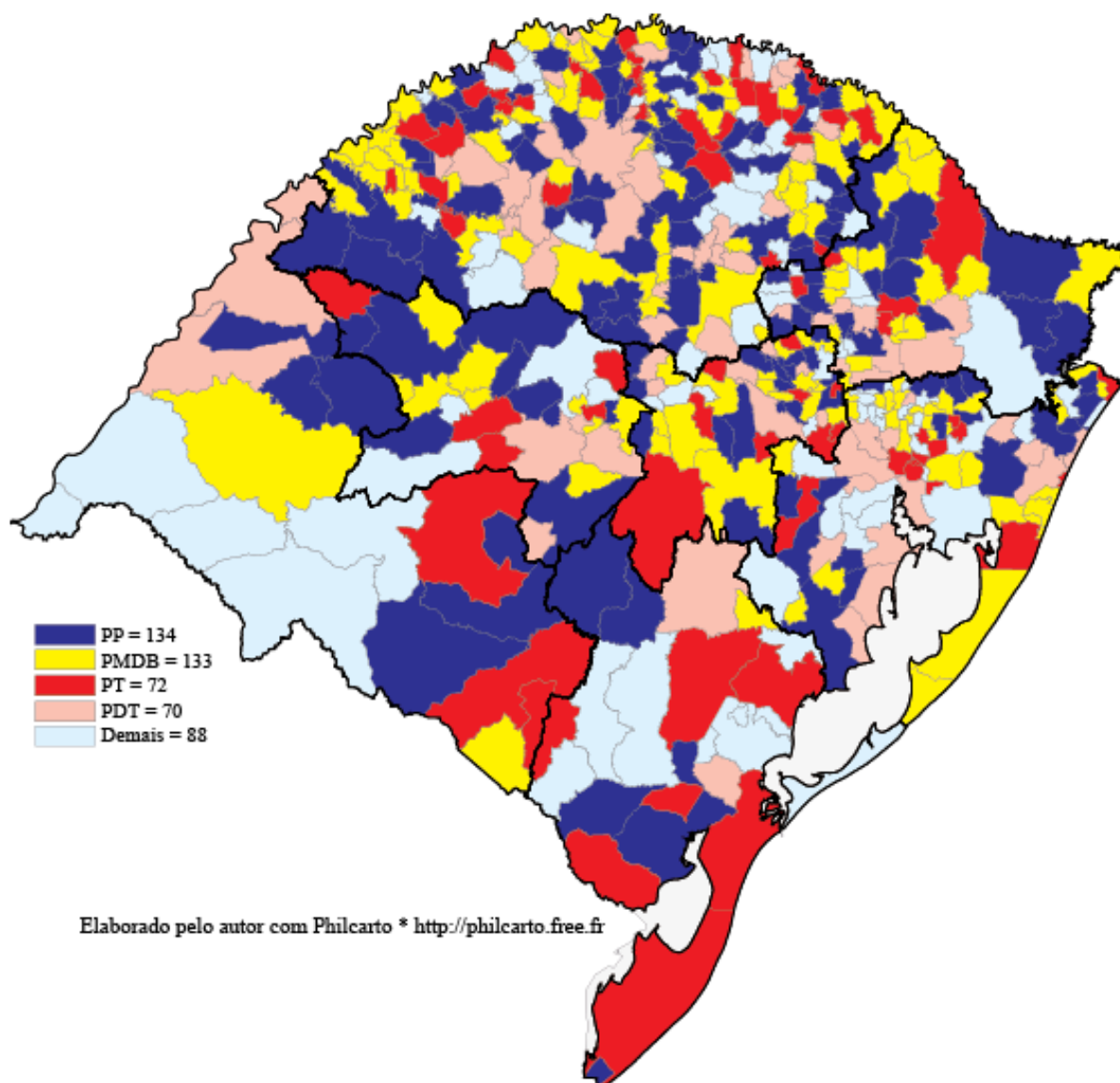


IMAGEM 4
Partidos em prefeituras no Rio Grande do Sul - Eleições 2012



Em 2000, haviam quatro forças em disputa. No entanto, o PT era fraco eleitoralmente e não entrou neste hall. A quarta força era o PTB, que sofreu uma derrocada nos últimos anos, neste período, o partido ainda disputava sua força com o PDT, principalmente, e com o PMDB. Após a Reforma Partidária de 1979, o trabalhismo gaúcho se dividiu em dois grupos: pedetistas, liderados por Leonel Brizola, e uma facção mais clientelista e fisiológica do trabalhismo, se formaram como os “novos” petebistas, liderados por Ivete Vargas.

Como se pode observar nos mapas, no pleito de 2004, o Partido Progressista conquistou municípios em sua maioria do centro ao norte do estado, localizados, então, nas regiões noroeste – com mais frequência – e norte do Rio Grande do Sul. Nas regiões sudeste e sudoeste, o partido conquistou municípios com maior número de habitantes. A vitória não se deu de forma concentrada em uma região, levando-se em conta que tanto o centro quanto o norte e nordeste possuem cidades pequenas e, com o PP sendo o partido que mais conquista prefeituras, podemos concluir, neste pleito, que sua força está por todo o estado, com ênfase, como dito anteriormente, da região central às proximidades com Santa Catarina, sem, entretanto, exercer uma influência quase total sob a área, tendo em vista que esta também possui muitas prefeituras com outros partidos.

Neste ano, há a representação do PMDB no topo do executivo municipal, nas regiões do sudoeste rio-grandense, onde o PP também tinha pouca penetração, era quase inexpressiva. Conseguia, entretanto, exercer um forte controle na região nordeste e fronteira com o estado de Santa Catarina, com grande frequência de prefeituras ligadas ao partido. Na região da fronteira com Argentina e Uruguai, o PMDB não possuía prefeitos. O PDT revela-se ainda com muita força, principalmente na região da campanha e da fronteira. O PT possuiu resultados eleitorais distribuídos por todo o estado.

Em 2008, o cenário para os progressistas possui algumas mudanças. O PP expande o seu número de prefeituras e conquista mais espaço na região sudeste, no entanto, perde praticamente todas – que já eram poucas – as prefeituras da região sudoeste e da fronteira. A região central fica ainda mais densa quanto aos executivos progressistas, bem como o partido consegue em sua maioria manter a continuidade da administração conquistada em 2004.

Nesta eleição, o PMDB eleva um pouco o seu número de prefeituras, que passam a ser 144, e conquista quatro executivos municipais da região sudeste. Ademais, convém observar que o partido consegue manter uma concentração de prefeitos no nordeste e parte da região central e norte do estado. O PMDB é, sem dúvidas, muito menos capilarizado que o PP, se observadas as eleições 2004 e 2008. O PT expande sua força, ao mesmo tempo em que o sistema vai ficando cada vez mais fragmentado.

Em 2012, o PP consegue manter um padrão de vitória nas eleições municipais, ainda que tenha baixado o número em relação à anterior. Este é igual ao pleito de 2004. Pode-se concluir que o partido manteve-se a frente de um mesmo número de prefeituras mas não em declínio na conquista de vitórias eleitorais. Não se registra o declínio já que este conseguiu, em 2012, conquistar novas prefeituras e capilarizar mais o partido, agora representado em todas as regiões com índices semelhantes, diferentemente do PMDB quando o número de prefeituras peemedebistas diminui e este passa, novamente, a ter pouco espaço na região sudoeste, perdendo os Executivos conquistados em 2008. Perde, também, espaço na região sudeste, onde tem pouca influência, igualmente ao PP. Seu predomínio consagra-se na região norte e região nordeste, onde elegeu, durante as três eleições aqui analisadas, sucessão das prefeituras.

3 – Considerações finais: O PT – da Presidência da República aos municípios gaúchos

Como apontaram Ferreira e Ribeiro (2009), o Partido dos Trabalhadores viveu uma “marcha para o interior” no Rio Grande do Sul. A literatura nacional demonstra que o mesmo aconteceu ao resto do Brasil, com um avanço da esquerda para além das capitais (MENEGUELLO, 2007).

Os dados confirmam as afirmações: de 1996 a 2012, o partido conquistou a cada eleição cada vez mais municípios do interior gaúcho. Entretanto, o mesmo consegue isso ao mesmo tempo em que perde sua força eleitoral na capital do estado, Porto Alegre. Esta força se construiu a partir de sucessivas vitórias do partido na capital no final dos anos 80, quando se destaca com o “orçamento participativo” e uma gestão participativa de recursos (DAMIN, 2013). No entanto, a partir dos anos 2000, há uma crescente fragilização dos votos petistas, que diminuem cada vez mais. No pleito de 2008, se consolida a derrocada do mesmo.

O PT conquistou o terceiro lugar em número de prefeituras no Rio Grande do Sul, ultrapassando o PDT na eleição de 2012. No entanto, ainda que seja o único partido em que a cada eleição cresce mais, ainda está bem longe de chegar aos dois maiores partidos do estado (PP e PMDB), que controlam quase 60% das administrações locais.

Essa reflexão, ainda em estado inicial, observa o avanço do Partido dos Trabalhadores aos municípios interioranos do Rio Grande do Sul. O aumento de prefeituras a cada eleição, independe, entretanto, do desempenho do partido nas eleições majoritárias nacionais e para o governo do estado.

A lógica dos sistemas partidários municipais gaúchos não acompanha fidedignamente a lógica das eleições nacionais, ao menos para as disputas de cargos do Executivo, objeto dessa reflexão. De início, a fim de constituir uma agenda de pesquisa na temática, apontamos dois fatores para isso: o primeiro diz respeito à dinâmica e a história política de cada localidade, bastante específica, como apresentamos ao longo da seção sobre sistema partidário rio-grandense e brasileiro.

No entanto, há ainda um elemento institucional importante que contribui para essa particularidade. As eleições municipais são “divorciadas” das demais eleições para os outros níveis. Governadores e o presidente disputam eleições em momentos diferentes, o que significa que as disputas municipais não fazem parte das coordenações eleitorais estaduais e nacional. Assim, as direções estaduais e nacionais dos partidos têm poucos incentivos para interferir nesse processo, conferindo maior liberdade às direções municipais no que se refere às estratégias de competição, incluindo-se as coligações eleitorais.

Referências bibliográficas

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. 2. ed. Brasília; UnB; Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FIGUEIREDO, A. LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: CINTRA, A. O.; AVELAR, L. *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2007.

HIPPOLITO, L. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KERBAUY, M. T. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. *Perspectivas*, v. 35, São Paulo, jan-jun/2009, pp. 15-33.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KINZO, M. D. G. Novos Partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, B. *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil: 1970-1979*. Petrópolis: Vozes, São Paulo: CEBRAP, 1980.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1946-1964)*. São Paulo: Revan, 1991.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____.; SCULLY, T. R. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 37, n. 1, 1994.

_____.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendam, quais são suas bases*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MARENCO, A. Devagar se vai longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A (orgs.). *A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MELO, C. R. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A (orgs.). *A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

MENEGUELLO, R. *PT: A formação de um Partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Tendências eleitorais ao fim de 21 anos de democracia. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A (orgs.). *A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

NICOLAU, J. *Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

O'DONNELL, G. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, F. A República de 46: separação de poderes e política alocativa. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A (orgs.). *A Democracia Brasileira: balanços e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARTORI, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar/UnB, 1982.

SOUZA, M. do C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

_____. A democracia populista, 1945-1964: bases e limites. In: ROUQUIÉ, A.; LAMOUNIER, B.; SCHARZER, J. *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pp. 73-103.

TRINDADE, H. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In: CARDOSO, F. H.; LAMOUNIER, B. *Os partidos e as eleições no Brasil*. São Paulo: CEBRAP/Paz e Terra, 1978.

_____.; NOLL, M. I. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 1991.

_____. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1823/2002*. Porto Alegre: UFRGS/Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.